



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Direito (Licenciatura)

Unidade curricular

Introdução ao Estudo do Direito I (1.º semestre, 1.º ano T. A)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Pedro Romano Martinez

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Catarina Salgado, Filipa Lira de Almeida e Dina Freitas Teixeira

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Pretende-se, com carácter iminente pedagógico, explicar os contornos gerais do direito no seu todo, iniciando os alunos que entram no 1.º ano da Faculdade na complexidade do mundo jurídico; no fundo, preparando os discentes para a compreensão dos problemas jurídicos que se colocam nas demais disciplinas do curso de direito. Sem prejuízo do estudo de questões geralmente não tratadas noutras disciplinas, como as fontes do Direito.

Conteúdos programáticos

Programa em anexo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Sendo uma cadeira introdutória de todo o Direito pretende dar-se conta dos princípios gerais e da lógica de aplicação do direito, que será, depois, concretizada em cada disciplina.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teóricas e práticas, seguindo o regime geral, a que se aplica o regulamento de avaliação para disciplinas obrigatórias.

Nos termos do disposto no artigo 15.º do Regulamento, a avaliação terá as seguintes componentes:

- Uma prova escrita, que corresponde a 50% da nota final;
- Outros elementos de avaliação contínua, que correspondem a 50% da nota final: (i) participação e exposições apresentadas nas aulas práticas; (ii) resolução, por escrito, de um exercício nas aulas práticas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Segue o regime comum aplicável a disciplinas obrigatórias.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Bibliografia principal

Romano Martinez, *Introdução ao Estudo do Direito*, Imprensa FDUL/AAF DL, Lisboa, 2021 e bibliografia aí citada..

Anexo

Capítulo I. Introdução

§ 1. Apresentação

1. Noção preliminar de direito
2. Ambiguidade e diversidade terminológica
3. Direito como arte ou ciência

§ 2. Natureza social do ser humano

§ 3. Evolução

§ 4. Ordem social

1. Explicação
2. Ordem social e ordem natural
3. Ordem social e ordem técnica

§ 5. Instituições

1. Identificação
2. Tipos
3. Funções

§ 6. Ordem jurídica

1. Sociedade e direito
2. Necessidade do direito
3. Características do direito
4. Funções do direito

§ 7. Linguagem jurídica



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 8. Direito e Estado

1. Relação entre direito e Estado

- a) Indicação
- b) Estado de direito
- c) Estado social de direito

2. Direito no seio do Estado

3. Direito para além do Estado

- a) Subsidiariedade do direito
- b) Diferentes ordens normativas
 - 1) Ordem moral
 - 2) Ordem religiosa
 - 3) Ordem de trato social

§ 9. Direito e moral

- 1. Relações entre direito e moral
- 2. Critérios de distinção

Capítulo II. Ordem jurídica

§ 10. Direito objectivo e direito subjectivo

- 1. Contraposição
- 2. Direito subjectivo e situações jurídicas activas
 - a) Direito subjectivo
 - b) Direito potestativo
 - c) Expectativa jurídica
 - d) Poder funcional

§ 11. Norma jurídica

§ 12. Imperatividade e coercibilidade

- 1. Imperatividade; noção



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2. Coacção e coercibilidade
 - a) Coacção física e moral
 - b) Delimitação da coercibilidade
3. Aplicação coerciva de regras jurídicas
 - a) Regime geral
 - b) Excepções
4. Coercibilidade e efectividade de aplicação
5. Regras jurídicas sem coercibilidade
 - a) Identificação
 - b) *lus imperfectum*
 - c) *Soft law*

§ 13. Desvalor jurídico

1. Justificação
2. Ilegalidade
3. Illicitude
 - a) Aspectos comuns
 - b) Abuso do direito
 - 1) Previsão legal
 - 2) Tipos de actos abusivos
 - c) Colisão de direitos
4. Ineficácia
 - a) Inexistência
 - b) Invalidade
 - 1) Enquadramento
 - 2) Nulidade
 - 3) Anulabilidade



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

c) Ineficácia *stricto sensu*

§ 14. Sanções jurídicas

1. Explicação
2. Modalidades
 - a) Sanções negativas
 - b) Sanções premiais
3. Sanções compulsórias
4. Sanções reconstitutivas
5. Sanções compensatórias
6. Sanções preventivas
7. Sanções punitivas

§ 15. Tutela jurídica

1. Justificação
2. Heterotutela
 - a) Judiciária
 - b) Arbitral
 - c) Eclesiástica
 - d) Administrativa
 - e) Meios alternativos de resolução de litígios
3. Autotutela
 - a) Explicação
 - b) Meios
 - 1) Generalidades
 - 2) Direito de resistência
 - 3) Acção directa
 - 4) Legítima defesa



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 5) Estado de necessidade
- 6) Direito de retenção
- 7) Exceção de não cumprimento
- 8) Compensação
- 9) Execução extrajudicial de garantias reais
- 10) Relações de vizinhança
- 11) Tomada de posse administrativa da obra
- 12) Greve
- 13) Urgência no exercício do direito

§ 16. Justiça e segurança

1. Direito e justiça
2. Sentidos de justiça
 - a) Enunciação
 - b) Justiça distributiva
 - c) Justiça comutativa
3. Positivismo e valoração
4. Segurança jurídica

§ 17. Repercussão do tempo nas situações jurídicas

1. Prazos
2. Prescrição
3. Caducidade

Capítulo III. Estudo do direito

§ 18. Perspectiva global

1. Explicação
2. Visão estática e dinâmica
3. Comparação de sistemas jurídicos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 19. Ciência do direito

1. Noção
2. Metodologia
3. Funções

§ 20. Ciências auxiliares

1. História do direito
2. Sociologia do direito
3. Economia
 - a) Relação entre direito e economia
 - b) Análise económica do direito

§ 21. Institutos

1. Identificação
2. Personalidade
3. Autonomia privada
4. Boa-fé
5. Responsabilidade
6. Propriedade

§ 22. Sistema

1. Sistema romano-germânico
2. Sistema de *common law*
3. Outros sistemas

§ 23. Profissões jurídicas

Capítulo IV. Fontes do direito

§ 24. Modalidades

1. Explicação
2. Perspectiva tradicional



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- a) Lei
- b) Costume
- c) Jurisprudência
- d) Doutrina

3. Apreciação

§ 25. Fontes elencadas no Código Civil

- 1. Lei
- 2. Normas corporativas
 - a) Explicação
 - b) Sentido actual
- 3. Assentos
- 4. Usos
- 5 Equidade

§ 26. Classificação das fontes do direito

- 1. Fontes internacionais
 - a) Direito internacional
 - b) Direito europeu (União Europeia)
- 2. Fontes internas
 - a) Fontes imediatas
 - 1) Identificação
 - 2) Remissão
 - b) Fontes mediatas
 - 1) Usos
 - 2) Jurisprudência
 - i. Enquadramento
 - ii. Assentos *versus* jurisprudência uniformizada



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

iii. Jurisprudência constante e costume jurisprudencial

3) Doutrina

§ 27. Costume

1. Uso e costume
2. Valor dos usos
3. Elementos do costume
4. Valor do costume
5. Relação entre costume e lei

§ 28. Lei

1. Noção
2. Abstracção e generalidade
 - a) Identificação
 - b) Remissão
3. Tipos de leis
4. Leis materiais e formais
5. Âmbito de aplicação
 - a) Âmbito territorial
 - b) Âmbito temporal
6. Publicação
7. Estrutura e forma de citação
8. Entrada em vigor
 - a) Aspectos comuns
 - b) *Vacatio legis*
 - c) Vigência imediata e produção de efeitos
9. Vicissitudes
 - a) Impedimentos de vigência



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- b) Suspensão de vigência
- c) Rectificações
- d) Declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade
- e) Repristinação
- f) Alterações e republicação

11. Cessação de vigência

- a) Caducidade
- b) Revogação

Capítulo V. Reflexão filosófica

§ 29. Filosofia do direito

- 1. Reflexão sobre o direito
- 2. Correntes filosóficas
 - a) Jusnaturalismo
 - b) Positivismo
 - c) Novas correntes
- 3. Valores da ordem jurídica
- 4. Finalidades do direito

§ 30. Legitimidade do direito

- 1. Legitimidade divina *versus* legitimidade formal
- 2. Efectividade
- 3. Legitimação pelo consenso